



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638345 - SP (2021/0000711-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDUARDO LIMA VIEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : EDUARDO LIMA VIEIRA - SP403130
HELLODY CRISTINE DE CARVALHO COSTA - SP426664
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO LUIS COSTA (PRESO)
OUTRO NOME : JOÃO LUIZ COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO LUIS COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2303676-48.2020.8.26.0000)

O paciente foi preso no dia 2/10/2020 e foi denunciado pelo suposto cometimento do delito de associação para o tráfico, descrito no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/06, e sentenciado à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Assevera o impetrante que pleiteou ao Juízo da Execução a possibilidade de concessão da prisão domiciliar ao paciente, porque pertencente ao grupo de risco para a contaminação pela covid-19 – é idoso, contando com 60 anos, e faz tratamento de doença crônica, hipertensão arterial em descontrole –, em observância à Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Ressalta que o paciente é primário, mantém profissão lícita (advoga há 20 anos), possui residência fixa, responsável por infantes menores de 12 anos e de pessoas que dependem dele economicamente. Ademais, "o eventual delito imputado ao paciente não provém de violência ou grave ameaça".

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente preenche os requisitos para o deferimento da prisão domiciliar, em conformidade com a Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente, o deferimento da prisão domiciliar ao paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente